

Div. Externa Brasil agora não tem pressa

23 FEV 1987

por Celso Pinto
de Brasília

Suspensão o pagamento dos juros devidos aos bancos privados no exterior, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, diz não ter pressa nem prazo para abrir as negociações com os bancos.

"Agora", explicou o ministro a este jornal, "são os bancos que passaram a ter interesse em negociar o mais rápido possível."

Por essa razão, o ministro sequer decidiu se irá mesmo aos Estados Unidos na semana de carnaval. Isso dependerá da forma como os credores reagirão à decisão brasileira e a uma clara sinalização de seu desejo de negociar.

O ministro, visivelmente animado e bem disposto, diz contar com toda a paciência possível para encaminhar a questão da dívida externa. Mais do que acertada, ele acha que a decisão brasileira abre um novo campo para todos os credores.

Funaro conversou ontem com os ministros de Economia do México e da Argentina e ouviu de ambos congratulações e desejos de boa sorte.

Gustavo Petricioli, ministro da Economia do México, disse a ele, em telefonema no início da noite de sexta-feira, que havia convocado a imprensa para elogiar a decisão brasileira e demonstrar a solidariedade mexicana.

No entanto, não houve nenhum acerto com México ou Argentina para ações conjuntas nem o Brasil espera que outros devedores sigam o mesmo caminho, pelo menos a curto prazo.

Funaro conversou, também, com autoridades do Federal Reserve Board (banco central norte-americano) e do Departamento do Tesouro. Sem entrar em detalhes, ele disse que eles compreenderam o sentido da iniciativa brasileira. O ministro explicou, da mesma forma, a suspensão do pagamento aos ministros de Economia da França, Edward Balladur; da Alemanha, Gerhard Stoltenberg; e da Itália, Giovanni Goria, procurando, com isso, assegurar um melhor entendimento para a posição brasileira no encontro do grupo dos sete maiores países desenvolvidos, neste domingo, em Paris.

O ousado lance brasileiro não está, obviamente, isento de riscos. O ministro sabe disso. Na verdade,

(Continua na página 19)

• Dívida Externa

"Brasil agora não tem pressa" Div. Ext.

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

Brasília acompanhará com grande atenção os próximos dias. Espera-se que, mesmo que haja alguma perda de recursos, como reação dos bancos, ela não seja significativa, não ultra passe algo em torno de US\$ 1 bilhão.

Funaro diz que as reservas disponíveis são suficientes para sustentar as importações por quatro meses. Neste período poderia ocorrer uma certa perda, mas haveria o ganho com a suspensão dos pagamentos, que atinge apenas os juros devidos em empréstimos de médio e longo prazo aos bancos privados.

O desejo do Brasil é negociar com os bancos, mas se houver, no pior dos cenários possíveis, represálias pesadas, o País responderá imediatamente ampliando o escopo da suspensão dos pagamentos externos (atingindo, por exemplo, dividendos e lucros, que não foram incluídos na medida de ontem, embora o câmbio tenha sido centralizado).

Houve o cuidado de ampliar os estoques disponíveis de petróleo do País: eles eram suficientes para 45 dias de consumo, e hoje estão em 60 dias de consumo (perto do limite possível de estocagem). Existe um bom estoque de alguns alimentos básicos como trigo, carne e milho e há razoável disponibilidade de matérias-primas industriais, isentas de impostos de importação desde o segundo semestre do ano passado.

A suspensão dos pagamentos foi longamente pensada por um pequeno grupo no Ministério da Fazenda e é para valer. Os juros suspensos somam cerca de US\$ 5 bilhões que equivalem ao hiato de recursos necessários neste ano para fechar as contas, supondo um superávit comercial de cerca de US\$ 8 bilhões.

"Fazer um superávit de US\$ 6 bilhões ou US\$ 8 bilhões ainda é uma enormidade", argumenta o ministro. "Isso é o que eu posso fazer preservando o crescimento; se quiserem fazer US\$ 12 bilhões, coloquem outro em meu lugar".

Funaro vai apresentar

um plano aos credores para equacionar a questão da dívida a longo prazo, "de forma definitiva", como diz um assessor. Ele não mencionou detalhes, mas sabe-se que será em bases inteiramente distintas do que vinha prevalecendo desde a crise da dívida, em 1982. Ou seja, o Brasil continuará "abrindo novos caminhos", como diz o ministro, sem fugir ao desejo de negociação.

A seu favor, ele menciona um telefonema que recebeu sexta-feira de "um grande banqueiro alemão". O banqueiro, além de manifestar sua compreensão com o passo dado pelo Brasil, lembrou-lhe que, pessoalmente, havia se empenhado em buscar alguma solução que pudesse ter evitado este desfecho.

PROJETO DE LEI DISCRIMINA SUBSÍDIOS

No front externo, o ministro explicou que o projeto de lei que será enviado ao Congresso, e que foi mencionado no pronunciamento do presidente Sarney, deverá discriminar todos os subsídios concedidos pelo País, tanto ao consumo (trigo, açúcar, etc.) como ao crédito. Caberá ao Congresso determinar, por lei, quais as fontes de recursos que deverão sustentar estes subsídios.

Funaro disse que duas providências adicionais na área financeira poderão ainda ser tomadas nos próximos dias: a eliminação dos títulos prefixados e algum mecanismo de controle da margem de intermediação financeira ("spread").

Outro tema que entrou em estudos foi encontrar uma solução para o problema dos bancos estaduais. Não se chegou a uma medida concreta porque, segundo Funaro, ainda faltam mais conversas e acertos políticos e técnicos para encontrar a melhor fórmula.

O laboratório de idéias para o ajuste interno pára aí. Não há qualquer plano para reeditar congelamentos de preços, pelo menos a curto prazo. Funaro foi enfático a respeito: antes de pensar em qualquer iniciativa nesta direção será preciso concluir o processo de reacomodação dos preços na economia. Não há prazo definido para isso.